

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



Exercício 2020

Estrutura Setor de Contabilidade IF Sudeste MG

Janicrélia da Fonseca
Coordenadora Geral de
Contabilidade e Custos
Reitoria

Ana Cristina Ribeiro Alvim
Contadora – Reitoria

Andréa de Oliveira Soares
Contadora – Campus Barbacena

Bráulio Augusto Brunelli Fajardo
Contador – Campus Barbacena

Daniel Teixeira de Menezes
Contador – Campus Muriaé

Josiane Damaso
Contadora – Campus São
João del-Rei

Leonardo Vidigal Milagres
Contador – Campus Rio Pomba

Luccas Walney dos Santos
Contador – Campus Rio Pomba

Poliana Aparecida Ferreira Abreu
Contadora – Campus Santos Dumont

Sonia Leal Martins
Contadora – Campus Juiz de Fora

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS é uma autarquia federal criada pela Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, com a finalidade de executar políticas públicas na área de educação. Tem como objetivo ofertar educação profissional e tecnológica de nível médio, educação superior, pós-graduação *lato sensu*, pós-graduação *stricto sensu* além de realizar pesquisas aplicadas, desenvolver programas de extensão e estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

Na sua criação, incorporou o CEFET Rio Pomba (atualmente *Campus* Rio Pomba), Escola Agrotécnica Federal de Barbacena (atualmente *Campus* Barbacena) e Colégio Técnico Universitário da UFJF (atualmente *Campus* Juiz de fora) e implantou o *Campus* Muriaé. Posteriormente instituiu os *Campi* de São Dumont, São João del-Rei, Manhuaçu e os *Campi* avançados de Bom sucesso, Ubá e Cataguases.

2. EQUIPE DE CONTADORES LOTADOS NA COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTO DA REITORIA E NAS COORDENAÇÕES DE CONTABILIDADE E CUSTO DOS *CAMPI*.

2.1. Reitoria: A responsabilidade da Coordenação Geral de Contabilidade e Custo da Reitoria abrange os *Campi* Avançados de Ubá, Cataguases e Bom Sucesso e o *Campus* Manhuaçu:

| Contadoras | Número do CRC | Exercício no órgão |
|----------------------------|----------------------|---------------------------|
| Janicrélia da Fonseca | MG 075453-MG | 13/08/2008 |
| Ana Cristina Ribeiro Alvim | MG 079052/O-4 | 21/10/2013 |

2.2. *Campus* Barbacena:

| Contadores | Número do CRC | Exercício no órgão |
|----------------------------------|----------------------|---------------------------|
| Andrea de Oliveira Soares | MG 074870/O-3 | 11/02/2011 |
| Braulio Augusto Brunelli Fajardo | MG 083592/O | 12/08/2012 |

2.3. *Campus* Rio Pomba:

| Contador | Número do CRC | Exercício no órgão |
|--------------------------|----------------------|---------------------------|
| Leonardo Vidigal Milagre | MG 095.906/0 | 29/03/2016 |
| Luccas Walney dos Santos | MG 098.695 | 01/04/2019 |

2.4. *Campus* Juiz de Fora:

| Contador | Número do CRC | Exercício no órgão |
|--------------------|----------------------|---------------------------|
| Sônia Leal Martins | MG 072013 | 31/01/2011 |

2.5. *Campus* Muriaé:

| Contador | Número do CRC | Exercício no órgão |
|----------------------------|----------------------|---------------------------|
| Daniel Teixeira de Menezes | MG 105067/O-6 | 10/05/2013 |

2.6. *Campus* Santos Dumont

| Contador | Número do CRC | Exercício no órgão |
|-----------------------------|----------------------|---------------------------|
| Poliana Apda Ferreira Abreu | MG 089.294 | 18/10/2013 |

2.7. *Campus* São João del-Rei

| Contador | Número do CRC | Exercício no órgão |
|-----------------|----------------------|---------------------------|
| Josiane Damaso | MG 088235/O-3 | 19/05/2014 |

3. CONFORMIDADE CONTÁBIL

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As Coordenações de Contabilidade e Custo da Reitoria e dos *Campi* realizam ao longo do mês esta certificação.

Estes procedimentos ainda não são totalmente satisfatórios uma vez que estas coordenações possuem uma quantidade insuficiente de contadores. Os controles são realizados pela amostragem, que não é a melhor prática a ser adotada. Sendo assim, a confiabilidade fica prejudicada. As escriturações identificadas como incorretas são regularizadas, com exceção das que não são possíveis no ano corrente, como informações orçamentárias.

4. ATRIBUIÇÕES

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público - Estrutura Conceitual (NBC TSP), emanada pelo Conselho Federal de Contabilidade, a maioria das entidades do setor público tem como objetivo principal a **prestação de serviços à sociedade**, ao contrário de obter lucros e gerar retorno financeiro para os investidores. Sendo assim, a contabilidade aplicada ao setor público declara as informações no tocante a identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e fatos emanados da gestão do patrimônio público no intuito de orientar e suprir o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social, ou seja, **a contabilidade pública converge para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público.**

As Coordenações de Contabilidade e Custo da Reitoria e dos *Campi*, possuem as seguintes atribuições:

- A) prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;
- B) verificar a conformidade de gestão efetuada pelas unidades gestoras sob sua responsabilidade;
- C) efetuar os registros contábeis pertinentes, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados;
- D) elaborar e analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;
- E) realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;
- F) realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

- G) subsidiar à Setorial de Contabilidade do Ministério da Educação no sentido de apoiar o órgão central do Sistema na gestão do SIAFI;
- H) publicar trimestralmente os Demonstrativos Contábeis e as Notas Explicativas e no site organizacional;
- I) prestar contas aos órgãos externos;
- J) emitir parecer, o qual será anexado ao Relatório de Gestão, sobre os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico que constam no SIAFI e são regidos pela Lei 4.320/1964, atestando que os mesmos refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do IF Sudeste MG;
- K) emitir parecer sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IF Sudeste MG o qual será anexado ao Relatório de Gestão;
- L) elaborar a Demonstração de Custo e exercer outras competências que, por sua natureza, lhes sejam correlatas ou atribuídas.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DE CUSTO DO ÓRGÃO – PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA.

Atendendo ao Princípio da Transparência, a Coordenação Geral de Contabilidade e Custo da Reitoria, proclama os Demonstrativos Contábeis, Notas Explicativas e a Demonstração de Custo no site organizacional do órgão. O endereço é: <https://www.ifsudestemg.edu.br/institucional/pro-reitorias/administracao/estrutura-organizacional/contabilidade-e-custos>

6. UNIDADES GESTORAS

O órgão possui as seguintes Unidades Gestoras:

| Nome da Unidade Gestora | Número da Unidade Gestora |
|--------------------------------|----------------------------------|
| Reitoria | 158123 |
| <i>Campus</i> Rio Pomba | 158412 |
| <i>Campus</i> Barbacena | 158413 |
| <i>Campus</i> Juiz de Fora | 158414 |
| <i>Campus</i> Muriaé | 158415 |
| <i>Campus</i> Santos Dumont | 154763 |
| <i>Campus</i> São João del-Rey | 154762 |
| <i>Campus</i> Manhuaçu | 155591 |

7. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IFSUDESTEMG (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, do Decreto-lei nº 200/67, do Decreto nº 93.872/86, da Lei nº 10.180/2001 e da LC nº 101/2000.

São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants* (IFAC).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das

demonstrações contábeis.

Estoques

Compreendem as mercadorias de almoxarifado e para embalagem para revenda de produtos, como é o caso dos *Campi* Rio Pomba e Barbacena que vendem o excedente do que produzem. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

VPDs pagas antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros. Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF (www.tesouro.gov.br).

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irre recuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irre recuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irre recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

8. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

8.1 – Execução Orçamentária, Financeira e Contábeis do Órgão

Tabela 1 - Evolução da Execução Orçamentária –Despesas Empenhadas

| 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 217.722.654,99 | 233.926.875,46 | 258.990.625,65 | 295.653.362,22 | 301.846.205,14 | 318.326.732,83 | 321.654.436,80 |

Em relação as despesas empenhadas, da sua dotação e da dotação de outros órgãos do ano de 2020, o IF SUDESTE MG apresentou um aumento de 47,74% em 2020 em relação às despesas empenhadas em 2014.

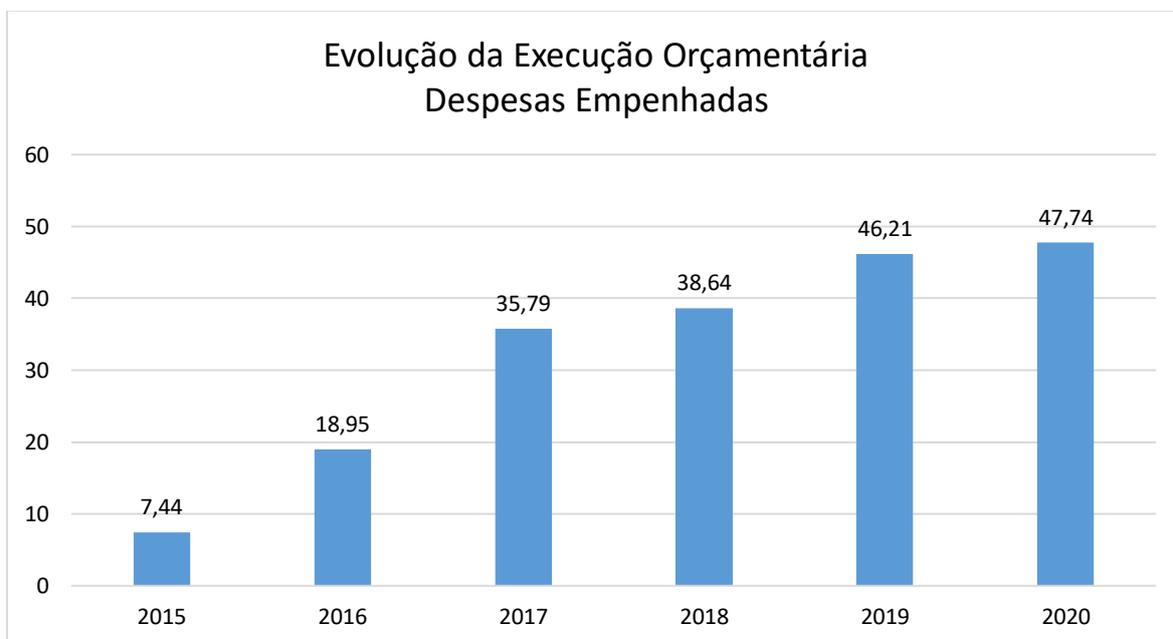


Tabela 2 - Evolução da Execução Orçamentária – Despesas Liquidadas

| 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 199.329.552,66 | 213.185.521,10 | 239.434.099,66 | 274.338.150,62 | 276.324.853,72 | 292.771.248,24 | 296.986.910,18 |

Em relação às despesas liquidadas, da dotação do órgão e de outros órgãos do ano de 2020, o órgão apresentou um aumento de 48,99% quando comparada ao ano de 2014.

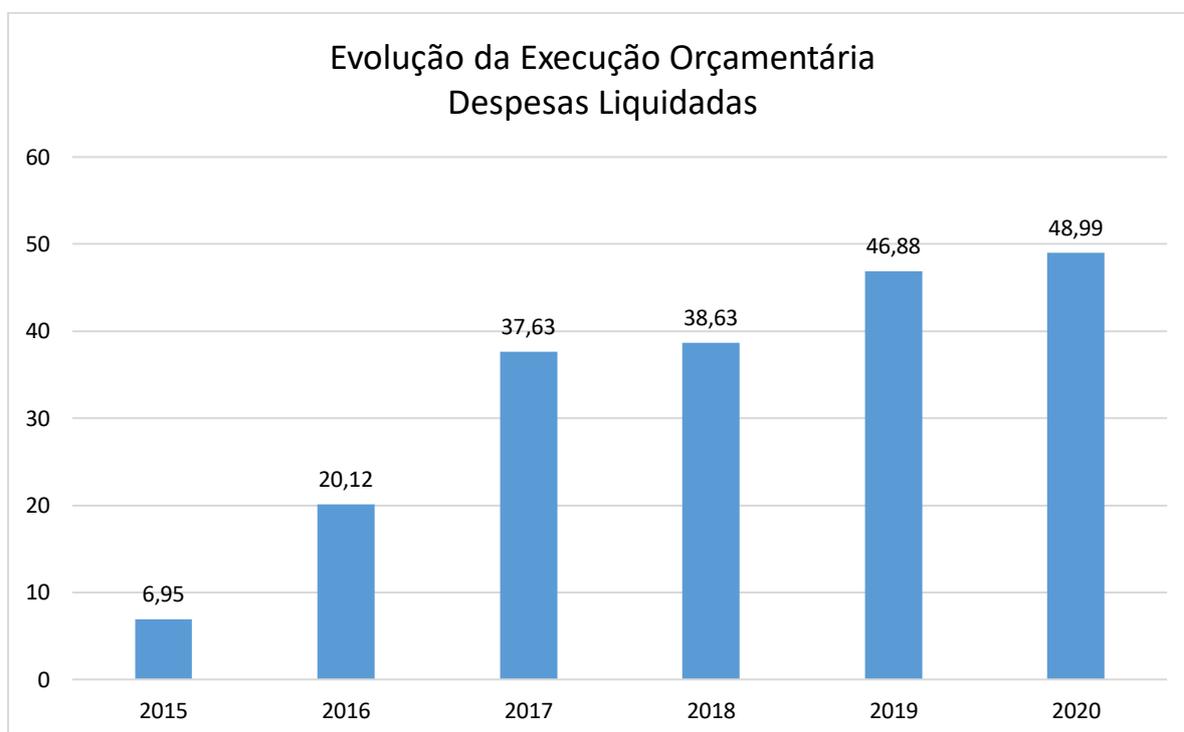


Tabela 3 - Evolução da Execução Orçamentária – Despesas Pagas

| 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 197.599.873,22 | 208.146.780,84 | 239.070.293,01 | 273.887.516,58 | 256.429.629,68 | 273.042.288,98 | 279.293.815,96 |

Em relação às despesas pagas da dotação do órgão e da dotação de outros órgãos do ano de 2020, houve uma evolução de 41,34% comparada ao ano de 2014



Tabela 4 – Variação da Dotação do Órgão ao Longo do Ano de 2020.

A dotação do órgão sofreu algumas variações. Sendo assim, os valores atribuídos às ações modificaram ao longo do ano de 2020. A Ação em que houve uma alteração mais expressiva foi a 20RG. Esta apresentou um acréscimo de 83,87%

| AÇÕES | | Percentuais de aumento ou redução (R\$) |
|-------|--|---|
| 0005 | SENTENCAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATORIOS) | (2.258,00) |
| 00PW | CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM | 0,00 |
| 0181 | APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO | 2.620.262,00 |
| 0536 | BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA | 0,00 |
| 09HB | CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O | 6.527.480,00 |
| 2004 | ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR | 111.910,00 |
| 20RG | REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDER | 2.000.306,00 |
| 20RL | FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P | (3.557.117,00) |
| 20TP | ATIVOS CIVIS DA UNIAO | 15.094.759,00 |
| 212B | BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI | 351.256,00 |
| 216H | AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB | 20.000,00 |
| 2994 | ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC | 2.379.901,00 |
| 4572 | CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q | (843.090,00) |

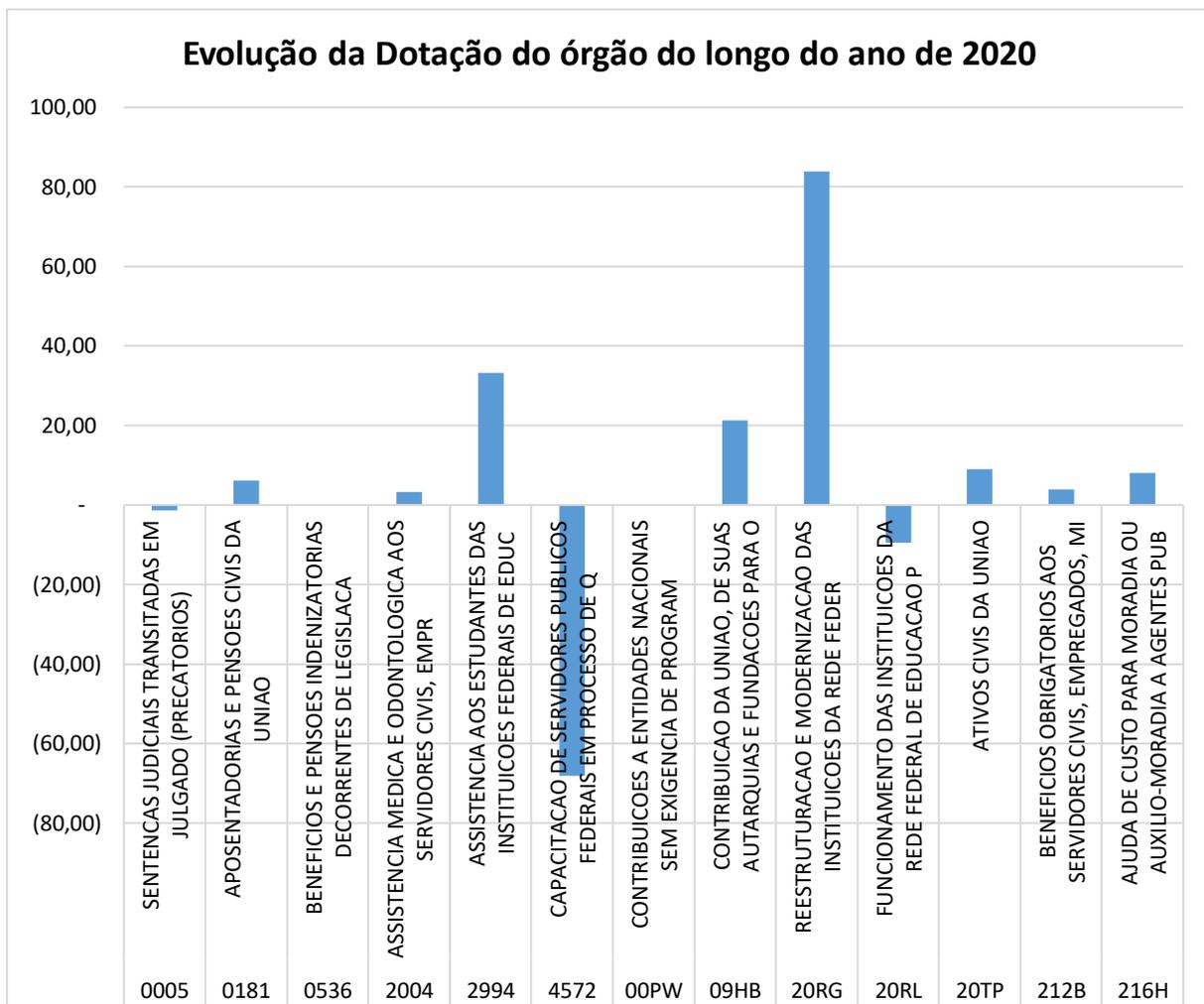


Tabela 5 – Execução Orçamentária Referente à Dotação do Órgão no Exercício de 2020.

Da dotação do órgão no ano de 2020, foi empenhado 97,05%. Destes, foram inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, o montante de R\$40.410.254,58.

| Dotação Final | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Despesa Paga | Restos a Pagar do Exercício - Processados | Restos a pagar do Exercício - Não processados |
|----------------|-------------------|-------------------|----------------|---|---|
| 328.098.051,00 | 318.414.024,15 | 295.783.550,39 | 278.003.769,57 | 17.779.780,82 | 22.630.473,76 |



Tabela 6 – Restos a Pagar Registrados na Abertura do Exercício do ano de 2020 – Dotação do Órgão.

O órgão iniciou o ano de 2020 com o total de Restos a Pagar, da sua dotação, no montante de R\$40.651.366,05. Desta quantia, o valor de R\$19.792.641,71 já estavam liquidados no encerramento do exercício de 2019.

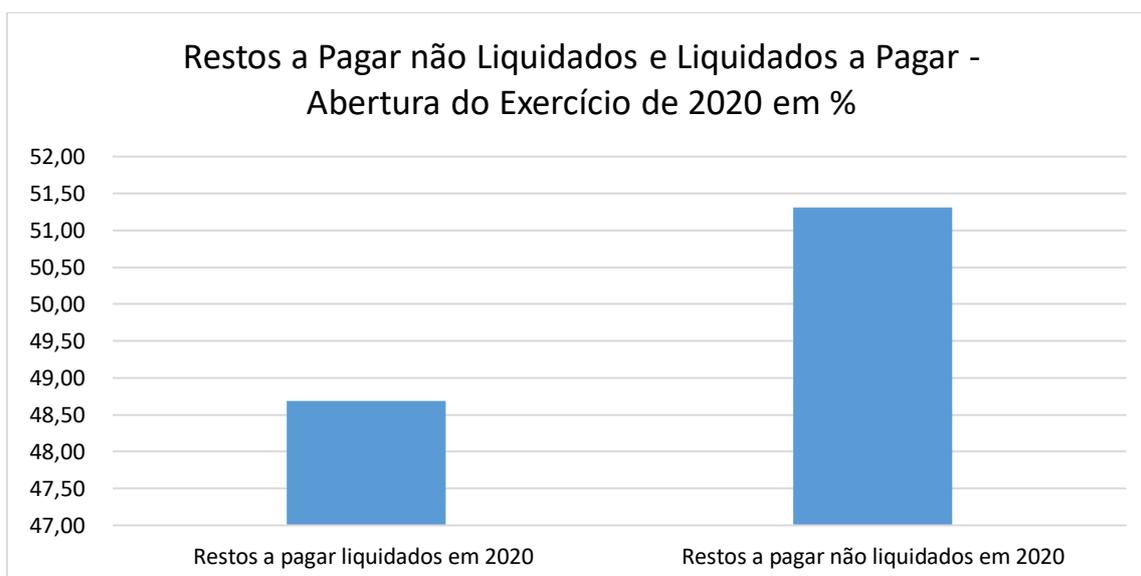


Tabela 7 – Restos a Pagar Liquidados. Percentual relativo à Folha de Pagamento Competência 12/2019 – Dotação do Órgão.

Do valor liquidado em 2019 dos Restos a Pagar da Dotação do Órgão, o total de R\$ 19.650.604,23 é relativo a folha de pagamento da competência 12/2019. Desta forma, este valor é em consequência da mudança ocasionada na contabilidade do Governo Federal. Os valores, atualmente, são repassados aos bancos no primeiro dia útil do mês subsequente ao da competência e não mais no último dia útil do mês da competência.

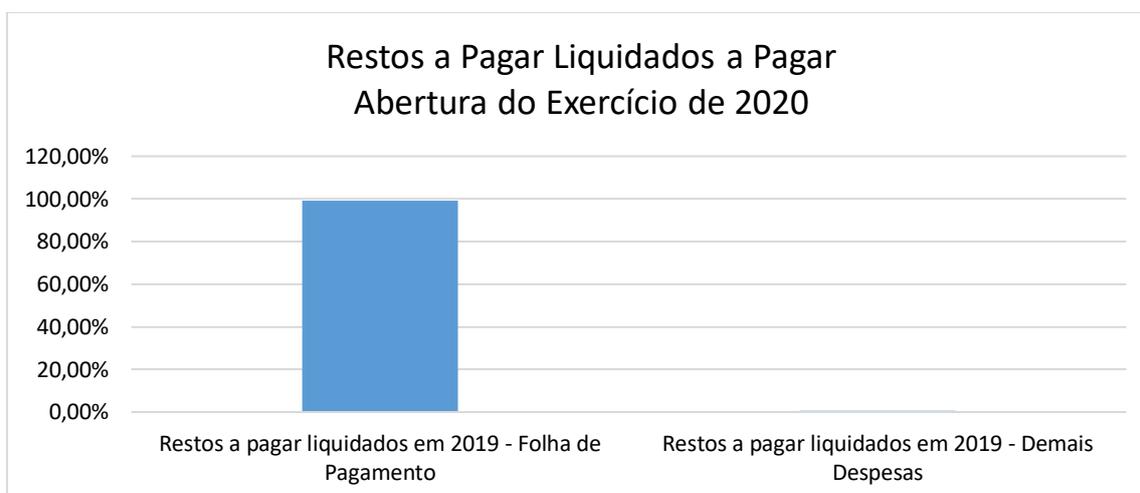


Tabela 8 – Restos a Pagar não Processados – Da dotação do órgão.

Do valor dos restos a pagar não processados em 2019, da dotação do órgão, o R\$11.704.177,89 foram de despesas correntes e R\$9.154.546,45 de despesas de capital.



Tabela 9 – Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos em 2020 – Dotação do Órgão

O órgão encerrou o exercício do ano de 2020, de Restos a Pagar da sua dotação, no total de R\$46.076.617,05 de Restos a Pagar de sua Dotação. O montante de R\$31.851.445,59 foram de despesas correntes e R\$14.225.171,46 de despesas de capital.

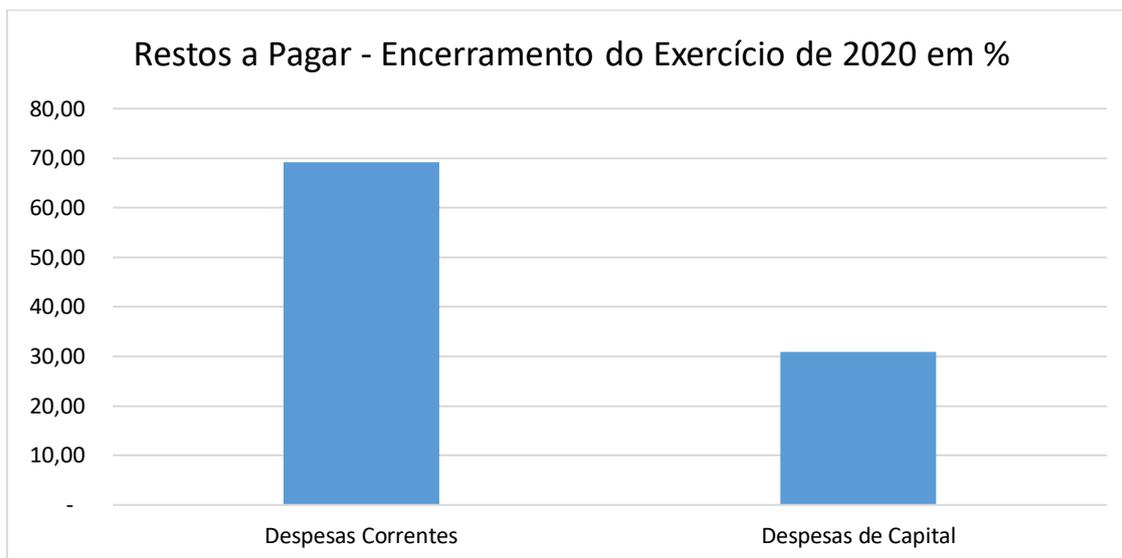


Tabela 10 – Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos em 2020 – Dotação do Órgão.

| Ano | R\$ |
|--------------------|----------------------|
| 2013 | 664,82 |
| 2014 | 10.182,75 |
| 2015 | 36.957,53 |
| 2016 | 721,18 |
| 2018 | 1.593.641,83 |
| 2019 | 4.142.056,96 |
| 2020 | 40.292.391,98 |
| Valor total | 46.076.617,05 |

Os Restos a Pagar inscritos e reinscritos no encerramento do exercício de 2020, da dotação do órgão, o percentual de 87,45% é relativo ao ano de 2020.

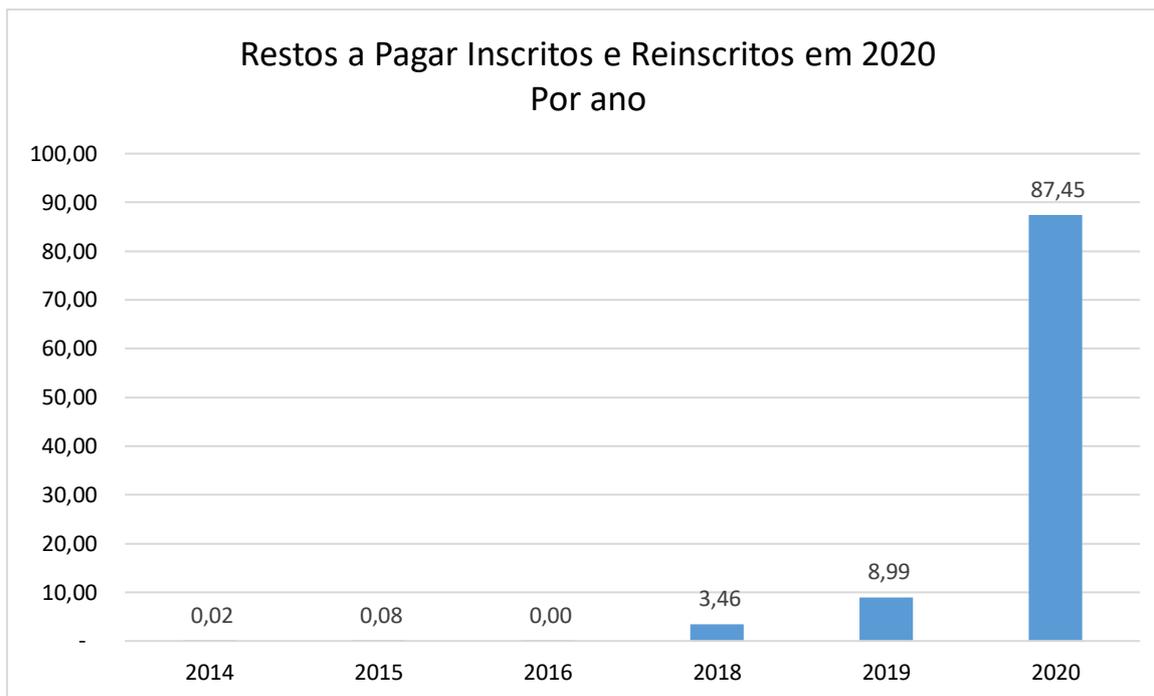


Tabela 11 – Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos em 2020 – Da dotação do Órgão.

No encerramento do exercício de 2020, da dotação do órgão, foi inscrito em Restos a Pagar Liquidados o valor de R\$ 17.609.825,21 concernente à folha de pagamento da competência de dezembro de 2020. Desta forma, este valor é em consequência da mudança ocasionada na contabilidade do Governo Federal.

Os valores são agora repassados aos bancos no primeiro dia útil do mês subsequente ao da competência e não mais no último dia do mês da competência.

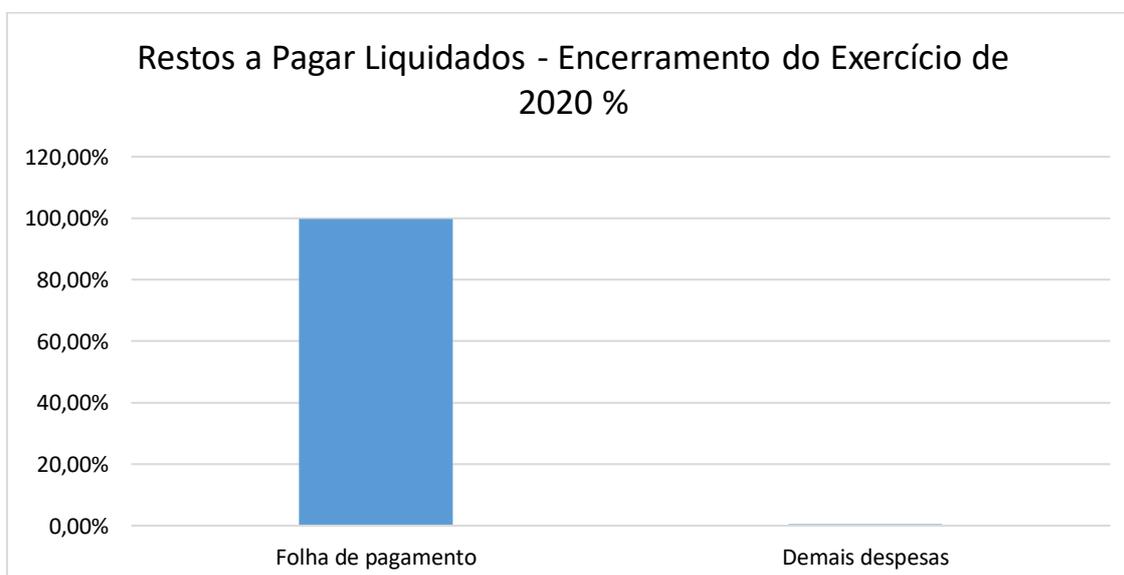


Tabela 12 – Modalidade de contratação - Despesas Empenhadas

No quadro abaixo é demonstrado a evolução, por Modalidade de Licitação, das Despesas Totais Empenhadas pelo Órgão, da sua dotação e da dotação de outros órgãos, do ano de 2020.

| Modalidade de Licitação | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Concorrência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dispensa de Licitação | 1.665.187,99 | 2.683.561,60 | 5.924.727,30 | 2.748.093,00 |
| Inexigibilidade | 1.875.653,68 | 3.138.996,11 | 3.049.114,75 | 3.355.347,37 |
| Não se Aplica | 284.798.286,91 | 274.668.658,58 | 256.978.646,12 | 252.617.378,55 |
| Suprimento de Fundos | 6.371,00 | 3.352,07 | 9.460,62 | 8.567,88 |
| Regime Diferenciado de Contratação Pública | 7.279.802,36 | 6.071.596,48 | 5.887.255,13 | 5.091.131,36 |
| Pregão | 26.029.134,86 | 31.760.567,99 | 29.997.001,22 | 31.832.844,06 |
| Totais | 321.654.436,80 | 318.326.732,83 | 301.846.205,14 | 295.653.362,22 |

Juiz de Fora, 15 de Fevereiro de 2020.

Janicrélia da Fonseca
CRC 075453-MG

Charles Okama de Souza
Reitor